

*Leituras régias:
A livraria de D. Pedro II (1648-1706)*

Ricardo A. Varela Raimundo

Na historiografia portuguesa, o estudo do livro, particularmente na vertente de investigação de bibliotecas (tipo de obras e caracterização de possuidores)¹ data dos inícios da década de 70, graças a trabalhos pioneiros de António de Oliveira² e Maria Adelaide Salvador Marques³. Desde então, outros trabalhos têm surgido, sobretudo a partir da década de 90⁴ e que em muito têm contribuído

¹ Ao fazer um ponto da situação sobre a história do livro e da leitura em Portugal, João Luís Lisboa define a investigação de bibliotecas como um dos seis sentidos que toma o trabalho feito nesta área de estudo. Cf. J.L. Lisboa, “Sobre a investigação actual em história do livro e da leitura”, *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, 3ª série, nº 1: *Inovação* (Lisboa, abril-outubro 1997), p. 106.

² Vide A. de Oliveira, “A livraria de um canonista do século XVII”, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* XXVIII (Coimbra 1970), pp. 39-82.

³ M.A. Salvador Marques, *A Real Mesa Censória e a Cultural Nacional. Aspectos da Geografia Cultural Portuguesa no século XVIII*, Coimbra 1963, separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* XXVI, e Ídem, *Pombalismo e Cultura Média. Meios para um diagnóstico através da Real Mesa Censória*, Lisboa [s.n.] 1982.

⁴ Salientem-se entre outros, os trabalhos de P. Vilas Boas Tavares, “A biblioteca e a bibliofilia de um prelado ilustrado D. Gaspar de Bragança, arcebispo de Braga (1758-1789)”, *IX Centenário da dedicação da Sé de Braga. Actas do Congresso Internacional*, II/2: *A Catedral de Braga na História e na Arte (Séculos XII-XIX)*, Braga 1990, pp. 272-302; A. Barros Cardoso, *Ler na livraria de frei Francisco de S. Luís (o Cardeal Saraiva)*, Porto 1994; O.M. da Cunha Loureiro, *O livro e a leitura no Porto no século XVIII*, Porto 1994; A.C. Araújo, “Livros de uma vida. Critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no

para caracterizar os detentores de livros e as suas preferências temáticas, faltando, quanto a nós, um estudo global que permita aglutinar as diferentes investigações parcelares até então produzidas.

A maioria destes autores utiliza como ponto de partida para os seus trabalhos, inventários isolados ⁵ de uma figura notável da sociedade portuguesa (arcebispos, cónegos, figuras militares, membros importante da nobreza...). Não obstante, para o final do século XVIII, os inventários de catálogos de livrarias particulares oriundos da Real Mesa Censória, constituem um importante manancial para este desiderato, permitindo um tratamento sistemático e a possibilidade de chegar a conclusões sobre as práticas literárias dos portugueses de Setecentos.

E quando se pretende falar da realeza e dos hábitos de literacia dos sectores mais elevados da sociedade? Será que desenvolviam hábitos de leitura? Possuíam livros? Qual a sua relação com o objecto impresso? Quais os gostos literários que imperavam? Estas são algumas das questões que se nos levantaram assim que deparámos com o rol que foi efectuado em 1706 aquando da morte de D. Pedro II, tendo assim acesso à sua biblioteca e à dos duques de Bragança. A sua riqueza temática e as potencialidades da sua investigação para o conhecimento da cultura nacional, foram logo evidenciadas por Virginia Rau e Eduardo Borges Nunes assim que fizeram a transcrição de tão importante documento (1969), ao afirmarem peremptoriamente que

O interesse deste inventário é plurifacetado, vasto e da maior importância, pois vem aclarar aspectos fundamentais da cultura e da arte

Século XVIII”, *Revista de História das Ideias XX: O Livro e a Leitura* (Coimbra 1999), pp. 149-185; M.D. Domingos, “Erudição no tempo joanino: a Livraria de D. Francisco de Almeida”, *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, 3ª série, nº 9-10: *O livro antigo em Portugal e Espanha (séculos XVI-XVIII)*, (Lisboa, out. 2001-out. 2002), pp. 191-219; M. de L. Correia Fernandes, “A biblioteca de Jorge Cardoso (†1669), autor do *Agiolégio Lusitano*”, *Cultura, erudição e sentimento religioso no Portugal Moderno*, Porto 2000, pp. 7-23; Idem, “Uma biblioteca ibérica?”, *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, 3ª série, nº 9-10: *O livro antigo em Portugal e Espanha (séculos XVI-XVIII)*, (Lisboa, out. 2001-out. 2002), pp. 123-176; R. Marquilhas, *A faculdade das letras. Leitura e escrita em Portugal no século XVII*, Lisboa 2000.

⁵ Tratam-se quase sempre de arrolamentos *post-mortem* que elencam todos os bens do proprietário, onde se encontram um número variável de livros, que pode ir desde os dois ou três, até às centenas, no caso das pessoas mais abastadas.

portuguesa, e da vida quotidiana dos nossos soberanos; desde a formação e conteúdo das bibliotecas reais, até à sumptuária palaciana ⁶, acrescentando mais à frente que se trata de um dos “elementos mais importantes, [...] para a história da cultura portuguesa” ⁷. Desde então, pouco se tem feito nesse sentido, tendo mesmo sido votado ao esquecimento, preferindo-se a exploração de outras temáticas mais relacionadas com a componente política e social da intervenção real, do que a sua vertente cultural.

Procuraremos portanto, ao longo deste trabalho, expor os interesses culturais e literários daquele que foi o terceiro monarca da casa de Bragança a ocupar o trono português, procurando dar resposta às questões atrás evidenciadas.

D. PEDRO II: A FIGURA

Dispensamo-nos aqui a apresentar os traços básicos e conhecidos da figura de D. Pedro II, como sejam a linha genealógica, data de nascimento e aspectos da sua governação, uma vez que, tal não faz parte do presente estudo e é dispensável, dado o facto de terem sido dadas à estampa, nos últimos tempos, algumas biografias sobre o terceiro monarca da quarta dinastia ⁸, podendo hoje dizer que se sabe mais sobre a sua governação do que há alguns anos, quando apenas existiam alguns estudos meramente parcelares ⁹.

Interessa-nos aqui, particularmente abordar a apetência cultural do monarca e alguns aspectos da sua educação que melhor contribuam para justificar os seus gostos literários e assim podermos enquadrar a sua biblioteca.

D. Pedro II, 23º rei de Portugal, nasceu em Lisboa a 26 de Abril de 1649, e faleceu na mesma cidade, a 9 de Dezembro de 1706, era o oitavo e último filho de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão. Governou Portugal durante 39 anos, primeiro como regente (1667-1683) e depois como rei (1683-1706) ¹⁰.

⁶ Cf. *Inventário Post Mortem del-rei D. Pedro II*, edição e introdução de V. Rai e E. Borges Nunes, Lisboa 1969, p. 14.

⁷ *Ibidem*, p. 15.

⁸ Cf. P. Drumond Braga, *D. Pedro II (1648-1706): Uma biografia*, Lisboa 2006; Mª P. Marçal Lourenço, *D. Pedro II o Pacífico (1648-1706)*, Lisboa 2007.

⁹ Cf. P. Drumond Braga, *D. Pedro II...*, pp. 11-12.

¹⁰ Cf. A. Álvaro Dória, “D. Pedro II”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. de J. Serrão, Porto 1989, V, p. 33.

Era o filho mais novo de um monarca, e como tal não estava destinado a reinar ¹¹. No entanto, a morte do seu irmão mais velho, o príncipe herdeiro, D. Teodósio, em 1653 e, três anos depois, a subida ao trono do seu outro irmão, D. Afonso VI, fizeram com que D. Pedro passasse a ser reserva da dinastia, assim olhado por muitos, a começar pela própria mãe e, eventualmente, também pelo pai.

Deste modo a educação que recebeu nos primeiros anos de vida, não foi tão esmerada como aquela que era destinada ao primogénito, mas não deixou de ser uma instrução digna da condição de infante. Quanto ao ensino que recebeu e à própria cultura pessoal de D. Pedro II, as fontes apresentam testemunhos antagónicos. Enquanto que os panegiristas o mostram como um aluno aplicado e esforçado, os inimigos preferem focar aspectos como a sua escassa inclinação para as letras e, mais do que isso, que apenas teria aprendido a escrever por volta dos 18 anos ¹². A verdade é que, não seria um amante das belas-letas, nem das artes; e a leitura e os livros não se assumiam como os seus entretenimentos favoritos ¹³, sendo muito mais dado aos exercícios físicos e ao gosto por montar a cavalo ¹⁴.

De qualquer forma, tudo indica que os primeiros tempos foram passados na companhia da rainha D. Luísa de Gusmão, que impôs na sua casa uma disciplina de rigor ético e de profunda devoção religiosa e espiritual, o que marcou, de forma significativa o carácter de D. Pedro ¹⁵. Procurando-se evitar uma vida

¹¹ Como o próprio padre António Vieira escreveu:

Quem imaginou nunca, que a Corôa gloriosíssima d'El Rei D. João o IV, tendo três filhos varões, se viesse assentar na cabeça do ultimo? Mas os primogénitos não só os faz a geração, senão também a morte. A geração faz os primogénitos, dando-lhes o primeiro lugar entre os vivos: a morte faz os primogénitos, matando os primeiros, e deixando vivos os últimos (Cf. A. Vieira, *Sermões*, Porto 1948, XV, p. 384).

¹² Sobre a imagem de D. Pedro II dada por apoiantes e opositores vejam-se M^a P. Marçal Lourenço, *D. Pedro II o Pacífico...*, pp. 120-130 e P. Drumond Braga, *D. Pedro II...*, pp. 36-40.

¹³ J. Colbatch, *An Account of the Court of Portugal, under the Reign of the present King Dom Pedro II*, Londres 1700, p. 6.

¹⁴ M^a P. Marçal Lourenço, *D. Pedro II o Pacífico...*, pp. 124-125.

¹⁵ M^a P. Marçal Lourenço, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754). Poderes, Instituições e Relações Sociais*, Dissertação de doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa 1999, I, pp. 198-199 e 208.

inactiva, marcada por costumes inapropriados ou vícios desmesurados ¹⁶, essa fase inicial foi certamente marcada por um saber vocacionado para jovens, simples e pedagógico, como a leitura de fábulas, de abecedários e vidas de santos e de heróis, inculcando-se assim o gosto pelo estudo e pelas letras ¹⁷.

D. Pedro teve como primeiro mestre o Doutor Nicolau Monteiro, prior da igreja de Cedofeita, no Porto, bispo eleito de Portalegre, que era igualmente dos irmãos Teodósio, Afonso e Catarina. Em 1662, o lugar passou a ser de Francisco Correia de Lacerda, futuro secretário de estado ¹⁸. Quando, nesse mesmo ano, D. Pedro foi mudado do Paço da Ribeira para o palácio da Corte Real, D. Luísa de Gusmão prescreveu “Há de dar lição de latim duas vezes cada dia e há também de tomar lição de Armas e de cavallo” ¹⁹. Além do latim e do português que dominava perfeitamente ao ponto de proferir “que não existia no reino ninguém que falasse com maior elegância a língua mãe” ²⁰, falava muito bem castelhano, língua com a qual comunicava com os embaixadores estrangeiros. A este último facto não deve ser estranha a influência que a mãe exerceu, já que se tratava de alguém cuja língua mãe era o espanhol, sendo portanto, muito utilizado pela rainha-mãe na oralidade e na escrita ²¹.

¹⁶ A.I. Buescu, *Imagens do Príncipe, Discurso Normativo e Representações (1525-49)*, Lisboa 1996, p. 93.

¹⁷ M^a P. Marçal Lourenço, *D. Pedro II o Pacífico...*, p. 20.

¹⁸ F.A. Martins Bastos, *Breve Resumo dos Privilégios da Nobreza. 1º dos Professores Públicos. 2º dos Mestres dos Príncipes. 3º dos Ajos dos mesmos Senhores*, Lisboa 1854, p. 190.

¹⁹ BNP, Códice 11206, fol. 13v. Refira-se que era normal os soberanos europeus da época saberem pelo menos um pouco de latim. Geralmente todos conheciam o castelhano e o francês. No caso dos franceses, sabiam em regra italiano e castelhano. Cf. J. Cornette, “Le savoir des enfants du roi souls la monarchie absolue”, *Le Savoir du Prince du Moyen Âge aux Lumières*, dir. de Ran Halévi, Paris 2002, p. 129, e J. Meyer, *L'Éducation des Princes du XVIe au XIXe siècle*, Paris 2004, pp. 129-130.

²⁰ Cf. *Relation de la Cour de Portugal Sous D. Pedre II a present regnant. Avec des Remarques sur les Intérêts de cette Couronne par rapport aux autres Souverains; & l'Histoire des plus considerables Traitez, qu'elle fait avec eux*, traduite de l'anglais, Tome Premier, Amsterdam 1702, p. 7.

²¹ Acresce ainda a este aspecto o fenómeno, sobejamente conhecido, do bilinguismo cultural da época. Cf. I.M.R. Mendes Drumond Braga, “As realidades culturais”, *Nova História de Portugal*, dir. de J. Serrão e A.H. de Oliveira Marques, VII: *Portugal da Paz da restauração ao Ouro do Brasil*, coord. de A. de Freitas Meneses, Lisboa 2001, pp. 475-476.

Além da área linguística, a educação do futuro monarca, alargou-se também a outras áreas de interesse. Um inimigo de D. Pedro, o autor da *Anti-Catástrofe*, sempre crítico e profundamente destrutivo em muitos aspectos, não deixa de estar correcto quando menciona que, segundo diziam os que pertenciam à casa do infante,

a maior do tempo dava ao estudo da fortificação, e da história, especialmente das *Chronicas*, e livros políticos, —em uma palavra em se formar um Príncipe perfeito, não seguindo outro Norte que o da boa razão²².

Sendo estas matérias decisivas para a formação e preparação de um bom governante, é pois natural que esta fonte esteja correcta ao afirmar que tais áreas do saber estiveram entre os temas estudados, situação que é reforçada pela presença destas obras na sua biblioteca, como adiante iremos verificar.

Controvérsias à parte sobre o nível cultural de D. Pedro, a verdade é que este deixou-nos uma não despidianda biblioteca no seu palácio da Corte Real, onde se podem encontrar obras sobre os mais diversos temas, algumas das quais terão certamente sido do seu particular interesse, como são os casos de tratados de equitação, caça e arte da guerra ou, noutro domínio, títulos de temas religiosos. De qualquer forma, sobre esta questão há que ter em linha de conta dois aspectos fulcrais. Em primeiro lugar, ser detentor de livros não significava necessariamente ter hábitos de leitura, não obstante, era um forte indício para acreditar que a sua posse levaria à procura de respostas, de conselhos, de informações, de conhecimentos, de prazer, num determinado momento, isto é, na leitura²³. Em segundo, deve-se distinguir livros para ler de livros para possuir, no sentido de livros para colecção, além de que na época havia a ideia de que uma biblioteca real deveria orientar-se para a totalidade²⁴.

É, tendo como ponto de partida estas duas considerações, que nos iremos ocupar a partir de agora da análise da biblioteca de D. Pedro II.

²² *A Anti-Catastrophe. Historia d'Elrei D. Affonso 6.º de Portugal*, publicada por C. A. da Silva e Sousa, Porto 1845, pp. 337-338.

²³ Para este entendimento, veja-se o que afirma O. M^a da Cunha Loureiro, *O livro e a leitura no Porto no século XVIII*, Porto 1994, p. 58.

²⁴ J.A. de Freitas de Carvalho, “El club de los señores de las bibliotecas muertas? Nota a propósito de la librería del primer marqués de Niza en el Portugal de mediados del siglo XVII”, *Libro y Lectura en la Península Ibérica y América (Siglos XIII a XVIII)*, Valladolid 2003, pp. 165-188.

I. *BIBLIOTECA REAL: COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO INVENTÁRIO*

No dia 9 de Dezembro de 1706, morria D. Pedro II numa quinta de Alcântara, propriedade do desembargador José Fiúza Correia. Pouco menos de uma semana depois, a 14 do mesmo mês, o novo monarca, D. João V, nomeava o duque de Cadaval, D. Nuno Alvares Pereira de Melo e o Marquês de Alegrete, Manuel Teles da Silva, para, com o Dr. Manuel Lopes de Oliveira e o Dr. Bartolomeu de Sousa Mexia fazerem o “*inventario, ou discripção, e avaliação das joyas, e móvel que ficarão por morte do Senhor Rey Dom Pedro Segundo*”²⁵. Como escrivão foi nomeado João de Campos de Andrade, e por tesoureiro e depositário Frei Bento Guarda-Rio Veloso. No entanto, só a 25 de Janeiro de 1707, se deu início à realização de tal inventário.

Este rol começa com a inventariação e avaliação das jóias de D. Pedro II, quer das independentes, em que se evidenciam os hábitos de Cristo; quer das ligadas a peças de indumentária. Seguem-se relógios, um oratório; as inúmeras peças que vieram de Inglaterra, e finalmente encontramos uma lista com os “Livros que se acharão no Paço da Corte Real”²⁶, aquele que foi o lar por excelência do monarca durante a sua governação²⁷.

Esta lista é composta por cerca de 427 títulos, os quais compunham a biblioteca particular do falecido monarca, tratando-se por isso de uma livraria considerável, tendo em conta a dimensão daquelas que existiam na época em que esta foi constituída²⁸, mas muito modesta para uma figura como a de um

²⁵ *Inventário Post Mortem...*, p. 26.

²⁶ *Ibidem*, p. 50.

²⁷ P. Drumond Braga, *D. Pedro II...*, p. 39.

²⁸ A partir do dos finais do século XVII e início do XVIII o livro impresso chegava cada vez em maior número do estrangeiro e era também produzido no país. Apesar do nível de alfabetização não ser dos mais elevados o livro influenciava os que liam e todos os outros que ouviam ler, vendiam, trocavam e emprestavam. O livro começava a ter cada vez mais uma presença doméstica, podendo ser, quer um instrumento de expansão e consolidação das ortodoxias, quer um sinal de heresia e como tal sujeito a confisco e queima. Cf. I.M.R. Mendes Drumond Braga, “As realidades culturais”..., p. 489 e A.I. Buescu, “A persistência da cultura manuscrita em Portugal nos séculos XVI e XVII”, *Ler História* 45 (Lisboa 2003), pp. 19 e 27.

monarca²⁹. A sua identificação é feita de uma forma muito simples, seguindo apenas a disposição das obras nas prateleiras, não se encontrando organizadas nem por ordem alfabética, nem por géneros literários.

No referente às informações sobre o conteúdo de cada exemplar, o arrolamento é de certo modo parco, na medida em que, apenas nos fornece os elementos mais essenciais, como sejam, a indicação do título, a língua em que se encontra escrito, o nome do autor, o material em que foi redigido o livro, a sua dimensão, o tipo de papel utilizado e se tinha alguma encadernação especial ou não, e finalmente a quantia em que estava avaliado. Atente-se neste último pormenor de não somenos importância, ou seja, o livro, continuava a ser visto essencialmente como uma mercadoria. Mais do que um bem cultural, mesmo nas classes mais elevadas, ele era visto como um qualquer outro produto que podia ser transaccionado e render mais alguns réis à contabilidade régia. A verdade, é que esta era uma prática comum, muitas vezes os livros eram utilizados pelos descendentes, ou pelas próprias pessoas em vida, para pagarem dívidas ou simplesmente para deixar a quantia em dinheiro para os vindouros³⁰.

Em relação à forma como este património foi encarado pelo sucessor do até então rei, a atitude de D. João V denota alguma insensibilidade cultural, uma vez que não hesitou em sacrificá-lo face aos seus interesses religiosos. Os próprios inventariadores o consignam oficialmente ao apontarem

Athé'qui forão avaliados os livros desta livreria nas mesmas estantes em que estavam; porém indo-se no dia seguinte continuar esta diligência, se acharão dezarmadas as estantes, os livros mudados para outra casa, e misturados fora dellas, e huns separados em hum monte, os quaes se dice

²⁹ A este respeito relembre-se que a livreria do autor do *Agiológio Lusitano*, Jorge Cardoso, figura do século XVII (faleceu em 1669), contava nada menos com 1222 entradas. Cf. M^a de L. Correia Fernandes, “Uma biblioteca ibérica”..., p. 130. Enquanto que na segunda metade do século XVIII, a do arcebispo de Braga, D. Gaspar de Bragança, tinha 932 títulos. Cf. P. Vilas Boas Tavares, “A biblioteca e a bibliofilia de um prelado ilustrado...”, p. 276. A própria biblioteca que pertenceu a D. João IV, se exceptuarmos os livros exclusivamente sobre assuntos musicais, contava com 1713 títulos, o que é verdadeiramente magnânimo, para a época. Cf. *Inventário Post Mortem...*, pp. 68-89.

³⁰ A este respeito vejam-se os inúmeros testamentos da mesma época, em que os livros do testador são utilizados para pagar as exéquias fúnebres ou aplicadas ainda em missas e outros mecanismos para o bem da alma. Cf. R.A. Varela Raimundo, “*Morte vivida*” e “*Economia da Salvação*” em *Torres Novas (1670-1790)*, Torres Novas 2007, p. 50.

serem os que estavam para avaliar e que Sua Magestade [D. João V] mandara despejar a caza da dita livraria para se fazer nella capítulo para os capelães da Capela real; e por esta cauza se uzou de arbítrio prudencial, avaliando por número os ditos livros que se dice estavam por avaliar ³¹.

Saliente-se ainda que este inventário não está totalmente completo, na medida em que, algumas vezes os avaliadores optaram por fazer uma avaliação “por número” ³², isto é, limitando-se a indicar quantos volumes se encontravam nas estantes, furtando-se a indicar que obras eram e os seus autores, o que em grande medida empobrece a plenitude documental deste arrolamento.

II. A ORDEM DOS LIVROS

Pela ordem com que são inventariados, 6 grandes temas ³³ estruturam o quadro assimétrico das matérias representadas nesta livraria: História/Geografia (180), Gramática (3), Cavalaria (20), Arte da Guerra (65), Religião (116) e Geometria (2). Saliente-se ainda a presença de 41 obras cuja classificação foi impossível dado o facto de terem sido anotadas apenas pelo seu número, não indicando o título, ou mencionando-se apenas serem títulos “sobre varias materias” ³⁴. Os critérios de arrumação temática propostos afiguram-se, contudo, pouco rigorosos. Algumas espécies bibliográficas, de conteúdo irrefutavelmente diverso da sequência que até então vinha a ser elencada, denunciam, pela sua deficiente colocação, uma certa desordem e desarrumação das estantes. Mas também debilidade no processo de inventário, debilidade que, em última análise, remete para a natureza selectiva da memória que, reiteradamente, e em desobediência a qualquer tipo de constrangimento formal, representatifica

³¹ *Inventário Post Mortem...*, p. 89.

³² *Ibidem*, p. 89.

³³ A forma de classificação adoptada foi a que nos pareceu mais lógica, dado o modo como se encontra estruturado o catálogo. No entanto, ao longo do presente estudo, iremos fazer algumas subdivisões em alguns dos temas, dada a sua grande abrangência e para melhor explorarmos o seu conteúdo.

³⁴ *Inventário Post Mortem...*, p. 68.

espontaneamente o livro agradável e útil ³⁵, tanto quanto inverta a posição daquele outro cujo conteúdo caiu no limbo do esquecimento ou nunca chegou a ser apreendido ³⁶.

Saliente-se ainda que por vezes ocorrem algumas repetições da mesma obra, o que indica que na biblioteca existiram diferentes edições ou simples duplicações de um mesmo título. Assim sucede com a *História dos Tavoras* de Álvaro Pires de Távora ³⁷; com o *Tratado do Cazo de Odivellas* de Pegas ³⁸, entre outros.

De uma forma geral, poderíamos dizer que a sequência pela qual foi organizada o recenseamento, além de reflectir a disposição dos livros nas prateleiras da biblioteca, indicia um outro critério, o qual se reveste de uma dupla significação. Optou por se começar pelas temáticas melhor representadas, ou seja, aquelas que apresentavam mais títulos, seguindo-se depois para outras menos representadas. Existem no entanto duas excepções, a posição das obras sobre cavalaria e sobre a arte da guerra, que ainda que relativamente representadas, figuravam antes das obras de teor religioso, que eram o segundo núcleo do ponto de vista quantitativo ³⁹. Aqui, terá imperado certamente a sua posição na economia da biblioteca, traduzindo o seu posicionamento um interesse mais deferente por parte d' *o Pacífico* ou porque tais conteúdos eram do particular agrado do monarca, recorrendo frequentemente a eles nos seus tempos de ócio; ou reflexo da importância destas matérias para uma boa governação, impondo-se não só a sua presença nas suas estantes mas sobretudo a sua leitura, com vista à aquisição de conhecimentos de uma boa administração do reino ⁴⁰.

³⁵ Como explicar, por exemplo, o aparecimento de algumas obras sobre armas entre títulos relativos à História ou à Religião? Esta colocação fora da sua ordem, não indicará um manuseamento recente e recorrente? Trata-se apenas de uma hipótese, cuja explicação poderá ser aquela que enunciamos. Cf. *Inventário Post Mortem...*, p. 55.

³⁶ Veja-se o que afirma Ana Cristina Araújo sobre esta questão, a respeito da biblioteca do sargento-mor de batalha José da Silva Pais. Cf. A.C. Araújo, "Livros de uma vida...", p. 159.

³⁷ *Inventário Post Mortem...*, p. 54.

³⁸ *Ibidem*, p. 54.

³⁹ Este núcleo contabiliza 116 obras, enquanto que as de Cavalaria se ficavam pelas 20 e as de Arte da Guerra pelas 65.

⁴⁰ Não nos esqueçamos que um bom governante deveria ser instruído em matérias de guerra, histórica militar, história política, entre outros temas fundamentais para uma boa administração do reino.

Para além destes, pertenciam a D. Pedro os livros que se achavam no Paço da Ribeira e que se dizia terem sido de D. João IV, os quais optámos por não abordar, uma vez que se trata de aquisições do progenitor e não do próprio. Nestes, avultam obras de música, mas também várias bíblias, clássicos latinos, padres da Igreja e polemistas da Restauração ⁴¹.

Não se sabe exactamente a qual dos núcleos, se ao do Paço da Ribeira se ao da Corte Real, se referia, em 1696, Joachin Le Grand, secretário do embaixador francês, abade d'Estrées, quando proferiu que "*La visite qui a été rendue a la bibliotheque du roy nous a bien rejouis ou y a vû un petit echantillon de l'esprit du pays*" ⁴².

É claro que em relação a muitas destas obras poderemos fazer nossas as palavras de Martim de Albuquerque sobre um dos títulos encontrados entre os livros de D. Pedro II, uma das edições das obras do humanista flamengo Justo Lúpsio: "A obra de Lúpsio existiu na biblioteca de D. Pedro II mas este alguma vez a leu ou sequer a folhou? Talvez não. Decerto não" ⁴³.

III. AVALIAÇÃO DA LIVRARIA

Uma vez que cada um dos exemplares listados contém o seu valor monetário, foi possível avaliar economicamente esta biblioteca. Os 427 títulos no seu total representavam 375.177\$000 réis, o que não deixa de ser significativo para época. Tenha-se em linha de consideração que em 1703 uma biblioteca com cerca de 605 volumes havia sido vendida por 200 mil réis ⁴⁴ e 40 anos mais tarde,

⁴¹ Sobre a biblioteca de D. João IV, cf. Sousa Viterbo, *A Livraria da Musica de D. João IV e o seu Índex. Notícia Histórica e Documental*, Lisboa 1910; M. de Sampayo Ribeiro, *El-Rei D. João IV Príncipe-Músico e Príncipe da Musica*, Lisboa 1958; Ídem, *Livraria de Música de El-Rei D. João IV. Estudo Musical, Histórico e Bibliográfico*, 2 vols., Lisboa 1967, entre outros.

⁴² I.M.R. Mendes Drumond Braga, "Impressão de Portugal nas correspondências de Le Grand e de Rouillé (1692-1700)", *Arquivos do Centro Cultural Português XXXII* (Lisboa-Paris 1993), p. 593.

⁴³ M. de Albuquerque, *Um percurso da Construção Ideológica do Estado. A recepção Lipsiana em Portugal: Estoicismo e Prudência Política*, Lisboa 2002, pp. 163-164.

⁴⁴ R.A. Varela Raimundo, "*Morte vivida*" e "*Economia da Salvação*"..., p. 117.

uma com 437 era estimada em 120 mil réis ⁴⁵ e outra de 240 volumes, em 200 mil réis ⁴⁶.

No entanto, para podermos perceber o seu real preço, não podemos deixar de pensar nas condições do mercado livreiro em Portugal, no início do século XVIII ⁴⁷. Nos anúncios de livros e nas próprias obras as indicações acerca dos preços estavam quase sempre omissas. De qualquer forma, em alguns casos, os próprios livros continham indicações acerca do preço pelo qual eram taxados, o que variava com o formato ⁴⁸, não sendo sempre proporcional. De um modo geral podemos verificar que o preço por página oscilou entre 0,43 e 1,43 réis em livros do mesmo formato, in-8.º, sendo as obras de formatos maiores mais caras, uma vez que preço por página, de um *in-folio* variou entre 1,65 e 2,02 réis ⁴⁹. Além disso, existiam diferentes tipos de livros impressos. A grande maioria tinha uma impressão pouco cuidada, em papel de fraca qualidade com os frontispícios gravados em metal, sendo adquiridos a preços relativamente acessíveis para um bem cultural, entre os 400 e os 1200 réis. Existiam no entanto, verdadeiros livros de luxo ornados com estampa, encadernados ricamente, com ilustração em toda a obra e com recurso a vinhetas, grinaldas de flores e laços no início e no fim dos capítulos ou à cabeça e pé de cada página ⁵⁰, o que encarecia verdadeiramente estes textos. Os próprios inventariadores, não deixam de referir quando estão perante estes exemplares verdadeiramente singulares, como

⁴⁵ A.C. Araújo, “Livros de uma vida...”, p. 160.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 160.

⁴⁷ Sobre este tema vejam-se: F. Guedes, *O livro e a leitura em Portugal. Subsídios para a sua História*, Lisboa/São Paulo 1987; G. Bonnant, “Les libraires du Portugal au XVIIIe siècle vue à travers leurs relations d'affaires avec leurs fournisseurs de Genève, Lausanne et Neuchâtel”, *Arquivo de Bibliografia Portuguesa* VI, nº 23-24 (Coimbra 1960), pp. 195-200; entre outros.

⁴⁸ Sobre a questão dos formatos dos livros veja-se J.J. Alves Dias, *Iniciação à Bibliofilia*, Lisboa 1994, pp. 33-34.

⁴⁹ I.M.R. Mendes Drumond Braga, “As realidades culturais”..., p. 490, e A.H. de Oliveira Marques, “As Realidades Culturais”, *Nova História de Portugal*, dir. de J. Serrão e A.H. de Oliveira Marques, V: *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coord. de J.J. Alves Dias, Lisboa 1998, pp. 464-465.

⁵⁰ No referente a esta matéria *vide* Mª E. Lavoura, “O surto do Livro impresso”, *Tesouros da Biblioteca Nacional*, Lisboa 1992, pp. 204-207.

um exemplar do *Preludio Encomiastico em os annos do Príncipe D. João* da autoria do Marquês de Castel dos Reios, “encadernado em licha preta com cinco chapas de prata por banda a saber as dos cantos são de fillagrana, e as do meyo com as armas reaes”⁵¹. Ao seu ricamente ornado, o seu preço cresceu exponencialmente, sendo avaliado em três mil réis.

Não nos podemos no entanto esquecer que, uma outra forma de constituir uma biblioteca assentava nas aquisições em segunda mão⁵². É claro que o recurso a esta estratégia de compra subtraía ganhos substanciais a livreiros e impressores e tornava, depois, mais atractivas as operações de revenda das livrarias particulares. Apesar deste caso não se aplicar à livraria de D. Pedro II, a verdade é que, este dado é importante para relativizarmos o seu valor monetário quando há pouco a comparámos com outras bibliotecas da época que foram constituídas com o recurso a este tipo de estratagemas. Na biblioteca D. Pedro, além da maior parte dos volumes serem comprados em primeira mão, muitos deles ostentavam uma encadernação luxuosa, o que, como vimos, encarecia em grande medida o preço do exemplar detido.

No contexto do património pessoal do monarca, há que reconhecer que a sua livraria apesar de valiosa, tem um peso pouco significativo no capital imobilizado por D. Pedro. 375.177\$000 réis é uma módica quantia quando comparada com valor total em que estariam avaliados os seus bens. Apenas para termos um ponto de comparação, basta dizer que apenas a venda de “cento, sessenta, e seis pares de meyas de seda de enrolar de ponto de Pariz”⁵³, rendeu quatrocentos e dezoito mil e novecentos réis. A mesma verba torna-se até insignificante se apreciada em função do investimento global feito em consumos sumptuários, de tanta ou maior importância que os livros, como é o caso do dispêndio feito com os adereços do hábito da Ordem de Cristo e em outras jóias⁵⁴.

⁵¹ *Inventário Post Mortem...*, p. 53.

⁵² Na época, os leilões de bibliotecas particulares eram uma das modalidades mais acessíveis de adquirir livros como demonstram O. M^a da Cunha Loureiro, “Do cultural ao material: vendas de *livrarias* no Porto setecentista”, *Revista Poligrafia* 4 (Arouca 1995), pp. 168-171; P. Vilas Boas Tavares, “A biblioteca e a bibliofilia de um prelado ilustrado...”, pp. 287.

⁵³ *Inventário Post Mortem...*, pp. 145-146.

⁵⁴ Uma única jóia, ultrapassa os duzentos mil reis. Cf. *Inventário Post Mortem...*, pp. 28-29.

Mas além do valor monetário, há igualmente que ter em atenção o seu significado simbólico. Uma biblioteca real não pode ser organizada de qualquer forma, ela deve reflectir a magnificência do monarca, sendo não só o espelho do seu poder económico (através do número de obras) mas também tem de ser selectiva no momento de seleccionar as obras que a devem integrar. Uma livraria real deve orientar-se para a totalidade, ou seja, tem a obrigação de abranger todos os ramos do conhecimento e do interesse ⁵⁵, e não se deve focar exclusivamente em uma ou outra matéria do saber, como que reflectindo interesses do monarca.

Ora é precisamente esse aspecto que iremos abordar de seguida. Será que os títulos que compunham as estantes do Palácio Real foram seleccionadas com esta preocupação da totalidade ou será que, mais do que essa aspiração de globalidade, ela reflecte os gostos, as preferências e os conhecimentos que um bom governante deve adquirir e por eles nortear a governação do seu reino?

IV. GOSTOS E PREFERÊNCIAS DE LEITURA

Analizados até aqui os aspectos concernentes à organização externa e ao valor monetário deste bem, interessa-nos agora entrar na dissecação da sua composição. Queremos com isto dizer, verificar quais os géneros literários que aparecem com maior frequência; as línguas em que se encontram escritos; e finalmente determo-nos nos autores mais representados.

IV.1. Géneros literários

Como já anteriormente dissemos a biblioteca encontrava-se organizada em 6 grandes temas ⁵⁶, que apesar de não serem referidos directamente nos parecem ser aqueles que nortearam a organização do inventário, pois os avaliadores baseiam-se neles para lhe conferir alguma coerência interna. Ainda que demasiado

⁵⁵ J.A. de Freitas de Carvalho, “El club de los señores de las bibliotecas muertas?...”, p. 173.

⁵⁶ Veja-se *supra*, pp. 1947-1948.

amplos, pois neles podemos estabelecer diversas subdivisões ⁵⁷, consideramos que são aqueles que melhor traduzem a arrumação da biblioteca, e por isso, decidimos aqui adoptá-los.

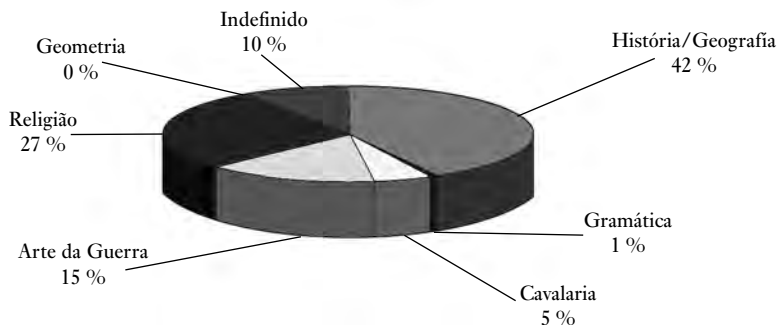


Gráfico I: Preferências Temáticas
(Fonte: *Inventário Post Mortem...*, pp. 50-68).

Os 427 títulos presentes no catálogo dos “Livros que se acharão no Paço da Corte Real” referem-se a uma variada gama de matérias, qualquer delas com significativas presenças, tal como podemos constatar pela análise do Gráfico I.

As obras de cariz histórico-geográfico são aquelas que ocupam uma percentagem mais elevada, com 42% da totalidade das obras (o que equivale a 180 títulos). Tal situação não é de estranhar, pois tratando-se de um monarca, era fundamental que tivesse um amplo conhecimento sobre diversas matérias deste ramo de conhecimento. Assim, nesta secção podemos encontrar histórias de Portugal, de Espanha, de França, de Inglaterra; histórias de cidades estrangeiras; crónicas de alguns reis de Portugal; vidas de membros importantes da nobreza portuguesa e europeia; genealogias de famílias nobres; bem como panegíricos que lhes eram dedicados ⁵⁸.

⁵⁷ Em relação à literatura religiosa por exemplo, poderíamos criar uma secção de literatura de espiritualidade; de parenética, de estudos escriturísticos, de oratória sacra; na de história uma de história eclesiástica, outra de história civil e outra de história literária; apenas para referimos alguns exemplos.

⁵⁸ Veja-se por exemplo: *História de la Ciudad de Cuenca*; *Nápoles Recuperado*; *Vida, e Morte de D. Margarida de Áustria*; *Descrição do Reino de Ungria*; *Sisma de Inglaterra*; *História Genealógica de Savoya*; *História da Casa de Turin*; *História dos Condes de Barcelona*; *Historia de Carlos Quinto*; *Coronica dos Reys de Peru*; *Historia da Conquista de México*; *História dos Tavoras*; *Panegírico do Marquês de Arronches*; entre tantos outros volumes. Cf. *Inventário Post Mortem...*, pp. 55-56 e 65.

No entanto, do ponto de vista histórico, merecem particular destaque a presença de dois tipos de escritos. Em primeiro lugar, saliente-se a presença abundante de registos sobre a Restauração, em que se destacam produções que justificam e legitimam a nova dinastia reinante, em que se expõem todos os argumentos considerados válidos para explicar que a dinastia de Bragança é a verdadeira herdeira do trono português e se exaltam as competências e valores dos novos governantes, particularmente do seu fundador, D. João IV ⁵⁹; bem como as que foram produzidas do lado Castelhana, no sentido de refutar a atitude de Portugal e reclamar o legítimo direito sobre a soberania portuguesa ⁶⁰.

Em segundo, a presença de obras anti-semitas. A este respeito basta lembrar que o mal-estar e a má vontade contra os cristãos-novos era grande quando D. Pedro assumiu o poder ⁶¹. As Cortes de 1668 pediram que os mesmos não pudessem desempenhar ofícios da fazenda nem ter honras ou dignidades, que não pudessem casar com cristãs-velhas e que os que já tivessem sido penitenciados pela Inquisição fossem expulsos de Portugal. Na noite de 10 para 11 de Maio de 1671, o desacato cometido em Odivelas, de que foi acusado um jovem cristão-novo, serviu como pretexto a uma nova vagas anti-semita em Portugal ⁶². D. Pedro, para evitar distúrbios, decretou, a 22 de Junho de 1671, a expulsão de todos os cristãos-novos que, desde o último perdão geral, tivessem sido penitenciados em autos, seus filhos e netos e ainda todos os que tivessem abjurado de *vehementi* no passado e seus filhos. Os demais, não poderiam instruir vínculos nem suceder aos que tivessem sido criados por cristãos-velhos, deixavam de poder ingressar na universidade e de casar com pessoas de sangue limpo ⁶³. Tal atitude anti-semita reflectiu-se também na literatura, tendo aparecido alguns

⁵⁹ Tenha-se como exemplo *Justificação dos Portuguezes; Portugal Restaurado*. Cf. *Inventário Post Mortem...*, p. 51.

⁶⁰ Veja-se *Solo Madrid es Corte* de A. Nunes de Castro. Cf. *Inventário Post Mortem...*, p. 56.

⁶¹ Sobre esta questão, vejam-se entre outros, J.L. de Azevedo, *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, 2ª ed., Lisboa 1975, pp. 289-330; J.P. Paiva, "A Igreja e o Poder", *História Religiosa de Portugal*, dir. de C. Moreira de Azevedo, Lisboa 2000, II, pp. 169-170.

⁶² Sobre este episódio, cf. J. Martins, *O Senhor Roubado. A Inquisição e a Questão Judaica*, Póvoa de Santo Adrião 2002; Mª N. Silva, "O caso do Senhor Roubado de Odivelas", *Cadernos de Estudos Sefarditas* 3 (Lisboa 2003), pp. 275-294.

⁶³ P. Drumond Braga, *D. Pedro II...*, pp. 184-185.

textos contra os cristãos-novos, com particular destaque para a *Perfidia Judaica*, da autoria de Roque Monteiro Paim, editada em Madrid em 1671, a qual não falta na livraria de D. Pedro ⁶⁴, tal como o *Tratado Histórico do Caso de Odivellas* de Manuel Álvares Pegas, editado em 1678, e do qual existiam dois exemplares ⁶⁵; ou ainda *Costa contra Judeos* ⁶⁶.

No respeitante aos temas geográficos, salientem-se os tratados e mapas sobre os territórios portugueses em África, Ásia, e América, tanto a portuguesa como a espanhola ⁶⁷.

A presença deste tipo de exemplares numa biblioteca régia é facilmente justificada na medida em que a História é a mestra da vida, é fundamental conhecer o passado para poder retirar exemplos e construir um presente sem cometer os erros do passado. Além de que, para um governante, era fundamental ter conhecimento da História do seu reino e dos que o rodeiam, de modo a poder exercer correctamente a governação, revelando-se esses conhecimentos particularmente úteis aquando do contacto com embaixadores estrangeiros.

Em segundo lugar, figuravam os textos religiosos com 27%, isto é, 116 títulos. Em termos religiosos, D. Pedro II foi, como sintetiza o seu confessor, o padre Sebastião de Magalhães, “summamente pio, e deuoto” ⁶⁸, o que é amplamente confirmado por muitas das fontes compulsadas, mesmo as que lhe são menos favoráveis ou as que encaram naturalmente mal, por motivos óbvios, a prática religiosa católica dos Portugueses, como é o caso do inglês John Colbatch ⁶⁹. Assim sendo, para além de assistir à missa diariamente, situação que nada tinha de estranho, reservava várias horas do dia para rezar a uma imensidão de santos e santas, fazendo-o com fervoroso zelo, nas palavras do seu confessor. Realizava ainda várias práticas religiosas como o jejum e a mortificação.

Perante o que se afirma, não é pois de estranhar, que as obras religiosas fossem as segunda mais representativas nas suas estantes. No obstante, estes textos assumem um carácter muito particular, estamos perante obras de teologia

⁶⁴ *Inventário Post Mortem...*, p. 63.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 54.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 63.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 65.

⁶⁸ Biblioteca Pública de Évora, Códice CXII/1-21 d, fols. 32v-33.

⁶⁹ J. Colbatch, *An Account of the Court of Portugal...*, p. 4.

moral, isto é, documentos de espiritualidade e de devoção, que tinham como principais destinatários os fiéis mais instruídos de modo a auxiliá-los na sua vivência cristã. Entre eles encontramos manuais de confessores, artes de bem morrer, as *Imitações de Cristo*, vidas de santos, conjunto de leituras edificantes que ajudavam o cristão a seguir o caminho que conduzia à salvação da sua alma. Apesar de monarca, D. Pedro era humano e, como tal, temia o seu futuro espiritual após a governação terrena, por isso, havia que em vida acautelar a sua passagem para o etéreo. E nada melhor do que fazê-lo através da leitura de alguns manuais de bem morrer, ou procurando seguir os exemplos de cristãos de vida exemplar através da repetida leitura da vida de santos. Afinal, a procura de conselhos, indicações, conhecimentos sobre o “tortuoso” caminho da salvação nunca eram demais⁷⁰. Assim se compreende a presença de títulos como a *Nova Floresta* ou *Luz, e Calor* ambas do Padre Manuel Bernardes⁷¹, um dos autores de textos de espiritualidade mais consagrados do século XVII português⁷²; ou a *Vida de São João de Deos*⁷³, entre muitos sermões em que se incentiva o cristão a pautar a sua vida por comedidos comportamentos e justas acções.

Se as matérias espirituais eram do agrado do 3.º Bragança, alguns assuntos temporais parecem igualmente tê-lo interessado de sobremaneira nos seus tempos de ócio. Referimo-nos aqui a assuntos como a cavalaria, entendendo por tal a arte de saber montar a cavalo⁷⁴, aspectos particulares sobre os cavalos enquanto animais⁷⁵. Tal literatura, representa na economia bibliotecária 5% do total. Outro tema que lhe suscitou interesse, terá sido a Arte da Guerra, podendo-se encontrar nas suas estantes livros como *El Perfecto capitán*, *Espejo de Bom Soldado*, *Tratado del Príncipe de la Guerra*, *Marte francés*, entre vários. Refira-se

⁷⁰ Veja-se, o que afirma, João Luís Lisboa sobre a razão do sucesso de tais publicações. Cf. J.L. Lisboa, “Papéis de larga circulação no século XVIII”, *Revista de História da Ideias* XX: *O Livro e a Leitura* (Coimbra 1999), pp. 134-135.

⁷¹ *Inventário Post Mortem...*, p. 64.

⁷² Sobre o Padre Manuel Bernardes veja-se Ébion de Lima, *O Padre Manuel Bernardes: Sua vida, obra e Doutrina Espiritual*, Lisboa/Rio de Janeiro 1969.

⁷³ *Inventário Post Mortem...*, p. 62.

⁷⁴ Sendo exemplares desta temática *Cavalaria* de Galvão; *Methodo de Cavallria*, *Arte de Enfrenar*, *Exercício de Gineta*, entre muitos outros. Cf. *Inventário Post Mortem...*, pp. 57-58.

⁷⁵ Como seja *Manejo del Cavallo*; *De la natureza del cavallo* ou a *Generacion del Cavallo*. Cf. *Inventário Post Mortem...*, p. 57.

que este tipo de literatura conquistou o seu espaço nas prateleiras reais, ao corresponder a 15% de todos os volumes inventariados. Não nos podemos esquecer que este assunto além do particular agrado d'*O Pacifico*, era visto com fulcral na educação de um bom governante, sobretudo se tivermos em linha de consideração o período histórico em que se integra, pois Portugal havia saído da Guerra da Restauração e a situação política europeia requeria igualmente que se tivesse conhecimentos sobre estas questões. A representatividade dos temas militares, afiguram-se, portanto, perfeitamente explicáveis além de terem sido quase de seguro folheados pelo monarca.

De somenos importância encontram-se os manuais de gramática (1%) e os de geometria, com apenas 2 exemplares, cuja presença se pode justificar talvez por necessidades pontuais do governante ou pelo facto de se tratarem de obras que lhe foram dedicadas e consequentemente oferecidas.

Destaque-se ainda a presença de 41 livros, o equivalente a 10% do total de exemplares, dos quais não se sabe o seu conteúdo, uma vez que, foram apenas contabilizados apenas em número, não especificando os seus inventariados de que se tratava, sendo-nos portanto, impossível integrá-los em qualquer uma das temáticas consideradas no presente estudo.

Ainda que partindo do pressuposto de que nem todas as obras existentes na sua biblioteca foram lidas, podemos de uma forma geral dizer que foram os temas histórico-geográficos aqueles que interessaram particularmente D. Pedro seguindo-se os religiosos, como que complementando a dualidade material/religiosa da competências de um soberano.

IV.2. Idiomas dos livros recenseados

Vistos os livros que integravam a biblioteca do filho de D. João IV, uma questão igualmente pertinente consiste em verificar quais os idiomas em que eles se encontrava escritos, de modo a ter também, de algum modo, acesso à cultura linguística de D. Pedro.

Analisando agora a livreria de D. Pedro do ponto de vista linguístico (Gráfico II), observamos que esta estava especialmente recheada de obras em português e latim: em conjunto, cerca de 76% dos escritos registavam estas duas expressões. Trata-se de uma situação natural, dado que, estas constituíam as duas principais línguas escritas no país. Sendo o domínio do português óbvio

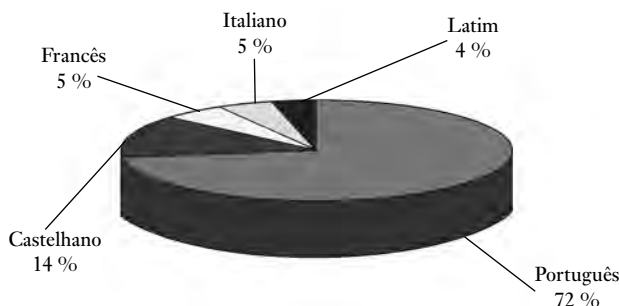


Gráfico II: Idiomas dos livros recenseados
(Fonte: *Inventário Post Mortem...*, pp. 50-68).

(72%), a presença do latim (4%) explica-se também facilmente. Este idioma contava entre os seus cultores laicos e, sobretudo, membros do clero. Se, para os segundos, tal era uma necessidade quotidiana, para alguns dos primeiros era apenas uma consequência das obrigações escolares de então, que os habilitavam a ler obras nessa linguagem e, inclusivamente a leccionar. Não se deve esquecer que se aprendia lógica, retórica, aritmética e todos os restantes ramos do saber, em latim⁷⁶, o que obrigava à utilização deste idioma por professores e alunos no dia-a-dia dos seus trabalhos⁷⁷. Não se deve igualmente esquecer que a mãe de D. Pedro o mandara aprender latim, fazendo com que ele tivesse aulas 2 vezes por semana, de modo a poder ficar a conhecer esta língua⁷⁸.

Entre as estrangeiras, sobressaíam os livros em castelhana, que ocupavam 14% das preferências. Realidade igualmente compreensível, já que, esta era a terceira língua falada e escrita em Portugal. Além disso, era evidente um natural

⁷⁶ E se publicava. As obras sobre estas temáticas eram, quase sempre, em latim. Rómulo de Carvalho, por exemplo, chegou à conclusão que, no século XVII, das 89 obras de medicina escritas por médicos portugueses, 68 foram escritas em latim, 16 em português e cinco em castelhana. R. de Carvalho, “O Uso da Língua Latina na Redacção dos Textos Científicos Portugueses”, *Actividades Científicas em Portugal no século XVIII*, Évora 1996, p. 73.

⁷⁷ Veja-se, o que afirma, a este respeito, I.M.R. Mendes Drumond Braga, “As realidades culturais”..., pp. 469-475.

⁷⁸ Veja-se supra, p. 1941.

bilinguismo cultural justificado pela proximidade geográfica entre os dois países⁷⁹. Com presenças muito reduzidas encontravam-se duas línguas: o francês e o italiano, ambas com 5% cada uma, as quais, todavia, suplantavam o latim. Refira-se no entanto que no que respeita a estas duas línguas, não temos qualquer referência que o rei as falasse, pelo que, somos levados a concluir que elas seriam apenas elemento de ostentação, isto é, ficava bem ao monarca tê-las.

IV.3. *Títulos de maior destaque*

Temos falado até aqui dos géneros literários presentes, das línguas em que os escritos estavam presentes, da sua disposição nas prateleiras, mas que livros eram estes, ou por outras palavras, que autores figuravam nas estantes da livreria real? Procurarem então dar continuidade a esta indagação.

Algumas destas obras surgem de forma mais ou menos óbvia, por serem dedicadas ao rei, como é o caso do *Obelisco Português, Cronológico, Genealógico e Panegírico* [...], dado à estampa em 1669 e da autoria de António Alvares da Cunha, composto aquando do nascimento da infanta D. Isabel Luísa Josefa; da *História de Portugal Restaurado*, do conde da Ericeira escrita entre 1679 e 1698; da *Instrução sobre a Cultura das Amoreiras, & Criação dos Bichos da Seda*, de Rafael Bluteau, publicada em 1679; e da *Histoire Générale de Portugal* de Lequien de Neufville (1700). Outros são seus contemporâneos como a *Perfidia Judaica* de Roque Monteiro Paim (1671) e o *Tratado Histórico* [...] de Manuel Ávares Pegas sobre o desacato de Odivelas (1678). Mas há livros que mostram interesses muito particulares do seu possuidor: numerosos títulos sobre equitação, caça, guerra e, a um outro nível, obras de cariz religioso, como os sermões de Frei António das Chagas, editados em 1690 e a *Nova Floresta* do padre Manuel Bernardes que viu a luz do dia em 1706. Aparecem ainda, sem se saber muito bem a origem nem a razão de ser, a *Crónica de D. Manuel de Damião de Góis*, provavelmente na sua segunda edição de 1619, as *Notícias de Portugal* de Manuel Severim de Faria de 1655, e uma edição das obras de Camões, dadas ao prelo em 1669. Há ainda muita literatura sobre a Restauração, como é o caso da *Philippica Portuguesa*, de Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo, divulgada em 1645. Não é de estranhar que alguns destes livros, atendendo às datas

⁷⁹ I.M.R. Mendes Drumond Braga, “As realidades culturais”..., pp. 475-476.

de publicação, tivessem pertencido a D. João IV. Aliás, basta mencionar que os referidos títulos de Severim de Faria e de Francisco de Santo Agostinho eram dedicados àquele monarca, ao passo que o de Francisco de Brito Freire o era à memória do príncipe D. Teodósio ⁸⁰.

CONCLUSÃO

Não proporcionando uma “leitura” simples e unívoca, o recheio de uma biblioteca reflecte sempre, de uma forma ou de outra, os interesses do seu proprietário, e assim, nas espécies adquiridas, permite por vezes verificar o reflexo dos seus gostos, motivações, tendências, ou até comportamentos na vida prática.

Ora é precisamente este aspecto que encontramos na livraria de D. Pedro, uma biblioteca real, pois detendo livros que procuram abranger todas as áreas do saber, por detrás da sua composição denota-se a “mão” do monarca ao sobressaírem eminentemente as obras sobre caça, cavalaria e as obras de conteúdo religioso. As restantes? Bem, se o monarca não as leu, pelo menos elas estavam presentes nas suas estantes, e como tal acessíveis ao seu manuseamento, consulta e quiçá leitura. A dúvida, essa, no entanto, permanecerá...

⁸⁰ Sobre esta questão veja-se P. Drumond Braga, *D. Pedro II...*, pp. 38-39.